

# Senado aprova pauta-bomba contra o governo

Votação acontece após a indicação de Messias para o STF

O Senado aprovou nesta terça-feira (25) o projeto que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, projeto que tem custo bilionário e que foi colocado em pauta depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicar Jorge Messias em vez de Rodrigo Pacheco para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal).

É comum o mundo político se referir a esse tipo de texto como "pauta-bomba" pelo potencial de atrapalhar as contas do governo.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), um dos mais contrariados com a indicação de Messias, anunciou a votação horas depois de o governo divulgar o nome do indicado para o STF.

A aprovação foi por 57 votos a zero. Agora, o texto segue para votação da Câmara dos Deputados.

A proposta do Senado tramitou sem uma estimativa de custo. Projeções do governo federal e dos municípios indicam ordens de grandeza diferentes para o impacto do texto. O Ministério da Previdência não fez cálculos específicos sobre o projeto aprovado pelo Senado, mas afirma que os valores seriam de cerca de R\$ 25 bilhões de acréscimo nos primeiros dez anos. A estimativa foi feita a partir de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) de conteúdo semelhante ao projeto do Senado.

A pasta afirma que o texto aprovado pelos senadores deve ter custo ainda maior. A conta já envolveria despesas de estados e municípios. A PEC aprovada pela Câmara está parada no Senado.

## Municípios

A CNM (Confederação Nacional de Municípios) divulgou uma nota afirmando que o projeto do Senado pode impactar em R\$ 103 bilhões os municípios, contando os novos desembolsos e o aumento de obrigações futuras o chamado deficit atuarial. O texto não fala em quanto tempo esse impacto seria distribuído.

O governo não queria que o projeto fosse aprovado por causa de seu impacto nas contas públicas. Apesar disso, até os



Alcolumbre não esconde insatisfação com escolha de Messias para o STF

aliados mais próximos de Lula votaram a favor da proposta. Ficar contra significaria arcar com desgaste político a menos de um ano da eleição de 2026.

A bancada governista não orientou voto durante a reunião. A orientação é quando um grupo partidário, governo ou oposição, expõe se é a favor ou contra determinado projeto.

O projeto é do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), aliado de Lula. O relator foi Wellington Fagundes (PL-MT), de oposição. A aposentadoria especial para esses agentes foi incluída na Constituição em 2022, daí a apresentação do projeto. O benefício passará a vigorar depois de ser regulamentado.

## Alcolumbre

Alcolumbre fez um discurso no final da sessão dizendo que o projeto não se trata de uma pauta-bomba. Ele mencionou outras propostas de alto custo aprovadas pelo Senado e que não receberam essa pecha.

“É de se ficar indignado nós sermos atacados, ofendidos nos últimos cinco dias porque o presidente do Senado estava colocando uma bomba fiscal para defender milhares de pessoas que salvam a vida das pessoas”, declarou o político.

Os agentes comunitários de saúde fazem visitas domiciliares para identificar problemas de saúde pública em comunidades e orientam a população sobre como proceder nessa área.

Os agentes de combate a endemias trabalham na prevenção de doenças como dengue, zika

e febre amarela.

O projeto aprovado determina que os agentes aposentados tenham salário integral e pareado com os profissionais da ativa. A idade mínima para aposentadoria será de 52 anos, com ao menos 20 de serviço no cargo, no caso dos homens. Para mulheres, a idade mínima será de 50 anos, também com ao menos 20 de serviço.

A reforma da Previdência de 2019 determinou que a idade mínima para aposentadoria é de 65 anos e de 62 para mulheres na regra geral.

## Vetos

Alcolumbre também anunciou que realizará sessão do Congresso Nacional para deliberar sobre vetos presidenciais na quinta-feira (27). Ele disse que já havia desmarcado outras sessões do tipo a pedido do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

A liderança do governo costuma pedir adiamento de sessões do Congresso quando não há acordo sobre vetos e o Executivo corre risco de sofrer derrotas nas votações.

O presidente da República pode vetar na íntegra ou parcialmente projetos aprovados pelo Legislativo. Deputados e senadores, porém, podem rejeitar esses vetos e fazer valer os textos aprovados, caso tenham votos suficientes para derrubar os vetos.

Alcolumbre disse que serão deliberados os vetos de Lula sobre as regras de licenciamento ambiental e sobre o Propag (a renegociação das dívidas dos

Estados).

Também deve ser votado projeto que abre crédito de R\$ 42,2 bilhões para o governo pagar benefícios sociais, como o Bolsa Família, em desacordo com a “regra de ouro” dos gastos públicos ou seja, a regra que impede a contração de dívida para pagar despesas correntes.

Estará na pauta, ainda, uma proposta de reajuste salarial para bombeiros e policiais do Distrito Federal, que são pagos com dinheiro da União.

Alcolumbre disse em pronunciamento no plenário do Senado, sem citar a indicação de Messias, que não marcou as sessões de vetos como represália à escolha de Lula para o STF.

“Hoje, infelizmente, dependendo da versão, parece que esta presidência está tomando, de certa forma, uma atitude ou outra em sinal de protesto ou de alguma coisa parecida. E eu queria dizer que todos me conhecem e sabem que eu jamais faria ou tomaria alguma iniciativa em retaliação a qualquer coisa que seja”, declarou o presidente do Senado.

Mais cedo, também nesta terça-feira, Alcolumbre anunciou que a votação de Messias pelo Senado será em 10 de dezembro. O prazo é exíguo para o indicado de Lula fazer campanha. Ele precisa ter o apoio da maioria absoluta dos senadores para assumir o cargo no Supremo. Se a decisão fosse hoje ele provavelmente não teria votos suficientes.

Caio Spechoto  
(Folhapress)

# Tarcísio volta a negar candidatura à Presidência

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ter recebido “com tristeza” a condenação definitiva de Jair Bolsonaro (PL) no STF (Supremo Tribunal Federal).

Ele afirmou que o ex-presidente é inocente, que participará da articulação pela anistia e defendeu que a pena seja cumprida em prisão domiciliar por questões humanitárias.

“Eu recebo sempre com muita tristeza, porque confio muito na inocência do presidente. Trabalhei com o presidente, conheci o presidente, sei da boa intenção, do bom propósito. Uma pessoa que sempre procurou fazer o melhor”, disse.

A declaração foi feita durante um evento com clima de pré-campanha no Palácio dos Bandeirantes, onde Tarcísio recebeu prefeitos de cerca de 200 cidades para marcar a entrega de automóveis para fundos so-

ciais municipais.

“Acho que tudo isso que está acontecendo é injusto e confio que o tempo vai esclarecer toda a verdade. Confio na inocência do presidente, confio que um dia isso vai ser esclarecido e que a gente vai ver o presidente solto novamente”, disse o governador.

## Candidatura

Tarcísio voltou a negar ser pré-candidato à Presidência. “Eu não estou pensando em cenário eleitoral. A eleição está muito longe. Agora, eu tenho dito sempre que eu sou candidato à reeleição. Tenho interesse de ficar em São Paulo. [...] Estou muito focado aqui no meu trabalho em São Paulo, no meu projeto de São Paulo, nos projetos de longo prazo. Estou comprometido com isso aqui.”

Bruno Ribeiro  
(Folhapress)



Tarcísio diz ter recebido “com tristeza” condenação

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Deputada: conceitos vagos e penas pesadas

### Jandira pede para relator mudar projeto antifacção

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) se reuniu com o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para pedir alterações no projeto antifacção aprovado

pela Câmara com base no relatório de Guilherme Derrite (PP-SP). Vieira é o relator no Senado.

Ela destacou a necessidade de mudanças em artigos que estabelecem penas muito altas para pessoas acusadas

de prestar algum tipo de apoio a integrantes de organizações criminosas. Para a deputada, a proposta estabelece conceitos muito vagos.

Segundo Jandira, o conceito de “domínio social estruturado” permite punir até com 20 anos de cadeia aqueles que deem abrigo a criminosos, o que poderia gerar condenação de mães que acolham filhos procurados.

## Pega geral

A mesma pena seria aplicada a quem der algum tipo de apoio a integrantes desses grupos. Jandira afirma que esse artigo, por sua amplitude, poderia gerar condenações de todos os que, numa favela, prestem algum tipo de serviço, como venda de comida a traficantes.

## Pedra e bomba

A possibilidade de prender por 40 anos quem interromper circulação de pessoas é encarada como ameaça a protestos. A mesma pena seria aplicável a quem depredar ou explodir meios de transporte. “Jogar uma pedra ou uma bomba num ônibus seria o mesmo”, frisa.



Relator: verificação de forma e constitucionalidade

### Na conversa, Vieira não revelou eventuais alterações

Jandira afirma que o senador ouviu seus argumentos com atenção, valorizou a conversa, mas não adiantou eventuais mudanças no texto.

Na semana passada, Vieira, que é delegado de polícia, disse que a proposta aprovada pela Câmara estava adequada no mérito. Ressalvou, porém, que seria necessário fazer uma veri-

cação mais detalhada em relação à forma e à constitucionalidade de alguns artigos.

Para a deputada, o projeto comete erros como o de generalizar o conceito de crime hediondo. Em compensação, destaca, burocratiza e dificulta a possibilidade de apreensão de bens de integrantes de organizações criminosas.

## Discriminação

Por falar nisso. Pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) em processos sobre tráfico de drogas julgados no Estado do Rio de Janeiro em 2022 e 2023 concluiu que a mão da Justiça é mais pesada quando os réus são negros e pobres.

## Pesos diferentes

O percentual de negros condenados é maior que o de brancos em todos os crimes relacionados à posse ou venda de drogas ilícitas. No caso de associação criminosa relacionada ao tráfico, 36% dos brancos foram condenados; contra 64% dos negros.

## Transações

A diferença também foi detectada nos casos de transação penal, quando o Ministério Público propõe que o acusado cumpra medidas alternativas para não ser julgado. A possibilidade foi apresentada a 60,8% dos brancos e a 45,5% dos negros acusados de uso de drogas.

## Tombo

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) crava que Jorge Messias, indicado por Lula para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, não será aprovado pela maioria dos senadores. Para ele, o candidato vai levar um tombo. A votação foi marcada para o dia 10.